

Universalização do acesso e desenvolvimento tecnológico-industrial

Com o objetivo de contribuir para garantir o acesso, a expansão em todo o território e o domínio público, bem como a participação da inteligência e trabalho dos brasileiros no desenvolvimento e inovação digital, a CNTU realiza a campanha “Pela implantação da internet pública”. Implantar a internet pública significa construir, com recursos públicos ou privados, infraestrutura de telecomunicações para atender o interesse público, sendo que a operação ou exploração do serviço pode até estar a cargo de empresas particulares, mas sob gestão e fiscalização do Estado brasileiro. A infraestrutura de telecomunicações é muito importante, pois suporta todos os setores da economia, sendo fundamental para o desenvolvimento de novos bens e serviços. As transformações por que passam alguns países, a partir da adequada regulação dessas redes e de seus serviços, combinadas com a convergência decorrente da inovação tecnológica, permitem também solucionar preocupações sociais em áreas como saúde, educação, meio ambiente e segurança, entre outras. Atualmente, os grandes desafios das políticas públicas de comunicação no País são universalizar a banda larga e realizar a inclusão digital, de modo que todos os brasileiros estejam conectados à rede mundial de computadores em condições adequadas com o atual paradigma tecnológico. A disponibilidade de infraestrutura de telecomunicações é fator-chave para tanto. Outro aspecto decisivo é transformar a expansão da internet em meio de desenvolvimento tecnológico-industrial em microeletrônica e produção de conteúdos.

Reverter a situação atual de preços altos e velocidades baixas

Apesar da adesão e do entusiasmo da sociedade brasileira com a internet, o País possui uma das piores infraestruturas existentes. Por isso, a expansão da banda larga está atrasada, inclusive em relação aos seus vizinhos latino-americanos. Além de os serviços serem dos mais caros do mundo, as velocidades são bastante inferiores às de países desenvolvidos, e a concentração da oferta do serviço em grandes centros urbanos reproduz a má distribuição de renda e infraestrutura nacional. Se não houver mudanças nesse panorama, o Brasil tende a permanecer cada vez mais distante dessas nações.

Entre as principais razões, destacam-se a falta de inversões públicas e a ausência de políticas para a coordenação do setor. Diante da lacuna deixada pelo Estado, o setor privado organizou-se de forma a atender seletivamente os clientes. O PNBL (Plano Nacional de Banda Larga) promete diminuir a exclusão, oferecendo banda larga por valor mensal entre R\$ 29,00 e R\$ 35,00. Não se pode, no entanto, desconsiderar os enormes desafios de que é viabilizar a oferta com nível satisfatório de qualidade a esses preços. Ademais, as soluções dadas para levar a internet até a zona rural e aos pequenos municípios distantes dos grandes centros são insatisfatórias. E há enorme fração da sociedade brasileira sem condições de renda e cultura de interação com tecnologias, portanto, excluída do PNBL.

Investimentos pesados, defesa do consumidor e políticas de P&D

Investimentos pesados devem ser feitos em infraestrutura e expansão da banda larga, ao que o papel do Estado é fundamental. Devemos também ter efetiva legislação que defenda o consumidor do serviço. Fundamental ainda é reverter a política estreita de internet, que combina altos lucros com elevados tributos, bem como buscar implementar medidas que restrinjam a remessa de lucros no setor. Devemos perseguir, ao mesmo tempo, a valorização do produto nacional. Com a privatização, a indústria brasileira de fabricantes de equipamentos de telecomunicações foi extinta. Não obstante, os pesquisadores nacionais em telecomunicações têm estabelecido parcerias com instituições localizadas em centros importantes. Cabe destacar outros fatos positivos: a crescente produtividade da base científica do País e sua distribuição por diferentes regiões, inclusive aquelas menos tradicionais em pesquisa e desenvolvimento. Com parcerias estratégicas e investimentos bem canalizados, o Brasil poderá, em cerca de duas ou três décadas, transformar o quadro atual. É preciso também ampliar e aplicar as políticas de incentivo às indústrias de produção de conteúdos.



Brasil Inteligente é um projeto da CNTU que tem como missão valorizar a inteligência coletiva dos brasileiros, ou seja, reconhecer e mobilizar as capacidades e energias de todos em criar soluções positivas para a vida, para a organização e o progresso social. Busca debater e implementar a boa racionalidade, ou seja, aquela que tem enfoque no bem-estar coletivo. Acredita, antes de mais nada, no papel primordial da educação, da saúde e da cultura para a existência de indivíduos e coletividades livres. Valoriza o trabalho e a formação de competências. Promove permanentemente o desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional. Estimula a criação e a inventividade como poderosas aliadas da inteligência. Reivindica e propõe ações de desenvolvimento sustentável e transformação social. Realiza campanhas de formação e informação da opinião pública e de reivindicação e proposição de soluções decisivas para a melhoria da qualidade de vida e de defesa dos direitos humanos.

Metas principais da implantação da internet pública

Até 2014: Implantar a infraestrutura necessária para a realização dos grandes eventos esportivos em 2014 e 2016. Conectar todas as escolas e demais serviços públicos nas cidades-sede da Copa.

Até 2018: Ter todas as escolas públicas do País conectadas à rede de computadores, com banda larga, infraestrutura de computadores, bem como capacitação de professores e tutores. Ter todos os serviços públicos conectados à rede de alta velocidade.

Até 2022: Universalizar a banda larga no País. Ter ao menos 100 empresas brasileiras de alta capacidade inovacional e produtiva em microeletrônica e produção de componentes. Ter o Brasil entre os maiores produtores mundiais de conteúdos e cultura digital.

Recomendações aos governos e sociedade

- Colocar a implantação da internet pública como uma das prioridades do desenvolvimento brasileiro.
- Garantir investimento de parte dos lucros das operadoras na expansão da rede e melhoria dos serviços.
- Fortalecer as políticas de inclusão e de cidades digitais.
- Reduzir as altas alíquotas tributárias sobre os serviços de internet.
- Ter forte política tecnológica e industrial para o setor de componentes eletrônicos, diminuindo a importação e incentivando a exportação.
- Investir na formação de conhecimento e de recursos humanos na área de telecomunicações.
- Ter políticas públicas vigorosas que ampliem os incentivos às indústrias criativas e de produção de conteúdos digitais.

Oito temas para unir e fazer a diferença

- **Sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários**

Doze dias por ano para aprimorar a formação, sem prejuízo dos salários, com financiamento compartilhado.

- **Implantação da internet pública**

Infraestrutura de rede com domínio público, universalização do acesso, banda larga para todos e desenvolvimento tecnológico-industrial.

- **Qualidade na saúde**

Mais recursos para o SUS (Sistema Único de Saúde), universalização do acesso e humanização das relações dos profissionais da saúde com os pacientes.

- **Uso racional de medicamentos**

Acesso aos medicamentos é direito de todos, seu uso indiscriminado faz mal à saúde, e eles devem atender os interesses das pessoas e coletividades.

- **Reabilitação bucal para inclusão social**

Urgente e prioritário o combate à falta de dentes, garantindo o direito à prótese dentária, sobretudo na terceira idade.

- **Com mobilidade urbana todos ganham**

Prioridade ao transporte público eficiente e de qualidade é decisiva para todos terem vidas melhores e cidades sustentáveis, esteios do desenvolvimento.

- **Alimentação saudável, contra o uso abusivo de agrotóxicos**

Alimento adequado e seguro é direito da população, e o uso indiscriminado de agrotóxicos envenena o planeta.

- **Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia**

Nova economia amazônica com base na sociobiodiversidade, novos materiais e recursos energéticos, superando a economia predatória e excludente.



CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
TRABALHADORES
LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS
REGULAMENTADOS



E seus 98 sindicatos filiados abaixo relacionados

- Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo
- Sindicato dos Engenheiros no Estado do Acre • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Alagoas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amapá • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amazonas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará • Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Roraima • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Tocantins
- Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Amazonas • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Paraíba • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Piauí • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo
- Sindicato dos Médicos de Pernambuco • Sindicato dos Médicos da Paraíba • Sindicato dos Médicos do Tocantins • Sindicato dos Médicos do Amazonas • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Médicos de Santa Catarina • Sindicato dos Médicos de Sergipe • Sindicato dos Médicos do Vale do Paraíba • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Médicos do Piauí • Sindicato dos Médicos do Acre • Sindicato dos Médicos do Paraná • Sindicato dos Médicos do Grande ABC • Sindicato dos Médicos de São Paulo • Sindicato dos Médicos de Santos • Sindicato dos Médicos de Campinas • Sindicato dos Médicos do Espírito Santo • Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora • Sindicato dos Médicos de Minas Gerais • Sindicato dos Médicos da Bahia • Sindicato dos Médicos do Distrito Federal • Sindicato dos Médicos de Goiás • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Médicos do Ceará • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso • Sindicato dos Médicos de Alagoas • Sindicato dos Médicos de Anápolis • Sindicato dos Médicos do Amapá • Sindicato dos Médicos de Campos • Sindicato dos Médicos de Caxias do Sul • Sindicato dos Médicos de Criciúma • Sindicato dos Médicos de Governador Valadares • Sindicato dos Médicos do Maranhão • Sindicato dos Médicos de Maringá • Sindicato dos Médicos do Norte de Minas • Sindicato dos Médicos de Niterói, São Gonçalo e Região • Sindicato dos Médicos de Novo Hamburgo • Sindicato dos Médicos do Pará • Sindicato dos Médicos de Petrópolis • Sindicato dos Médicos de Presidente Prudente • Sindicato dos Médicos do Centro-Norte Fluminense • Sindicato dos Médicos do Rio Grande • Sindicato dos Médicos de Rondônia • Sindicato dos Médicos de Roraima • Sindicato dos Médicos de Santa Maria • Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto • Sindicato dos Médicos de Sorocaba e Região Sul do Estado
- Sindicato dos Nutricionistas de Alagoas • Sindicato dos Nutricionistas do Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Nutricionistas do Pará • Sindicato dos Nutricionistas de Pernambuco • Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo
- Sindicato dos Odontologistas do Acre • Sindicato dos Odontologistas do Amapá • Sindicato dos Odontologistas do Amazonas • Sindicato dos Odontologistas do Ceará • Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal • Sindicato dos Odontologistas do Espírito Santo • Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais • Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Odontologistas de Rondônia • Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas de Sergipe